

**Os Kaiapó Meridionais na Obra de um Memorialista Contemporâneo:  
Hildebrando Campestrini**

Oswaldo Zorzato<sup>1</sup> - UFMS

Neste texto propomos fazer uma contraposição entre memória e História, tendo como eixo temático a representação dos índios Kayapó do Sul em uma obra do memorialista Hildebrando Campestrini intitulada Santana do Paranaíba <sup>2</sup>. Procura-se entender como o memorialista em questão, trata a presença Kayapó do Sul no passado e sua atual ausência na região que hoje corresponde ao município de Paranaíba. A partir das fontes citadas pelo autor, identificaremos os componentes do discurso do mesmo, contrapondo a tal discurso uma outra leitura das mesmas fontes utilizadas, passando necessariamente por uma bibliografia acadêmica mais atual.

O nordeste do atual estado de Mato Grosso do Sul é hoje uma terra sem índios. No entanto, até a segunda metade do século XIX, ainda se encontravam na região índios da nação Kayapó do Sul, que anteriormente haviam sido senhores de um vasto território que compreendia, além do nordeste do atual Mato Grosso do Sul, o sul de Goiás e grande parte do Triângulo Mineiro, região que viajantes e cronistas dos séculos XVII e XVIII chamavam de Caiapônia. Os Kayapó do Sul <sup>3</sup> mais especificamente aqueles que habitavam o território que atualmente corresponde ao nordeste do estado de Mato Grosso do Sul, encontravam-se nas proximidades dos rios Pardo, Verde, Sucuriú, Camapuã, Aporé, Paranaíba, Paraná e Taquari; ou seja, uma região em que hoje estão localizados os municípios de Paranaíba, Camapuã, Aparecida do Tabuado, Inocência, Chapadão do Sul, Costa Rica e Ribas do Rio Pardo. A partir da década de 1830, esta região passou a ser chamada pelo governo da província de Mato Grosso de "sertão dos Garcia" e tinha em Santana do Paranaíba seu centro. Parte de seus primeiros habitantes não índios constituiu-se de migrantes vindos de Minas Gerais a partir da primeira metade do século XIX. Durante o século XX, migrantes paulistas e sulistas, principalmente gaúchos e paranaenses, também passam a se estabelecer nesta mesma região.

Publicada em 1994, a obra *Santana do Paranaíba: De 1700 a 2002* encontra-se na terceira edição. Dedicado a Paulo Coelho Machado, um conhecido memorialista sul mato - grossense falecido em 1999, o livro de Camprestini, embora apresentado como esforço historiográfico, situa-se igualmente no terreno da memória. Mais especificamente, uma espécie de homenagem aos descendentes dos pioneiros de Paranaíba, região tida como um dos locais de origem da antiga elite que primeiro ocupou o antigo sul de Mato Grosso.

Antes de entrar propriamente no foco deste texto, indicamos rapidamente a nossa perspectiva de análise. É comum entre os memorialistas a identificação entre dois termos: memória e História. Tal identificação se dá devido à matéria-prima comum destes dois ramos do conhecimento: o passado. Para os historiadores, no entanto, História e memória não se confundem.

Segundo Pierre Nora, a memória é um processo vivido, em evolução permanente e vulnerável a todas as manipulações. Já a História implica registro, distanciamento, problematização e crítica. A memória repete a tradição, supostamente imutável. A História, portanto, dessacraliza a memória.

É interessante ainda apontar que a memória é um objeto de luta pelo poder travada entre classes, grupos e indivíduos. Ainda segundo Nora, decidir sobre o que e como deve ser lembrado e também sobre o que deve ser esquecido integra os mecanismos de controle de um grupo sobre o outro. Desse embate resultam, entre outras, as escolhas sobre os currículos escolares. O que será lembrado, que datas receberão atenção e comemoração, que histórias, consideradas importantes para todos, deverão integrar os livros e os saberes necessários aos alunos para receberem aprovação. Desse modo uma das principais funções é consolidar o discurso do grupo que detém o poder.

Finalmente, é importante pontuar algumas características relativas à memória individual e coletiva e as suas articulações com a memória histórica, aquela que estamos habituados a encontrar nos livros didáticos e nos livros de história geral, entre outros. Durante muito tempo,

os estudos de história privilegiaram os documentos escritos, os objetos, enfim, os vestígios que possibilitassem ao historiador realizar seu trabalho: compreender e construir a história apoiando-se nos documentos que garantiriam a veracidade dos acontecimentos e processos ali registrados. Os temas tratados privilegiaram os grandes movimentos e a história dos grupos dominantes das diferentes sociedades. Foi a partir de meados do século XX que grupos de historiadores começaram a questionar estes procedimentos na medida em que eles baniam da História os grupos oprimidos, minoritários e os temas relativos ao cotidiano, às mentalidades e às experiências dos diferentes grupos. Nesta perspectiva o foco historiográfico voltou-se para a memória coletiva dos grupos acessíveis, sobretudo, pela utilização das metodologias alternativas ao trabalho estrito com documentos, como é o caso dos trabalhos apoiados na metodologia de história oral. Desta maneira emergiram a história de mulheres, de negros, de trabalhadores, de índios; enfim, a História, ao invés de se configurar numa grande narrativa supostamente comum a todos, passou a acolher e dar existência e visibilidade às várias narrativas(NORA, 1984, *apud* D' ALÉSSIO, 1992)<sup>4</sup>.

A leitura do livro de Campestrini no tocante à sua representação dos índios Kaiapó foi, portanto, precedida pelo entendimento do papel da memória e do historiador tendo em vista o lugar social que ocupa e o momento histórico em que escreve.

Segundo informações colhidas na página eletrônica da Academia sul-mato - grossense de Letras ([www.acletrasms.com.br](http://www.acletrasms.com.br)), Hildebrando Campestrini nasceu em Rio dos Cedros (SC), em 1941, e se radicou em Campo Grande, em 1960. Diplomado em Filosofia e Pedagogia, em 1962, licenciou-se em Filosofia, em 1984. É também licenciado em Letras (1972), e especialista em Língua Portuguesa pela Universidade (1979). Foi professor titular de Linguagem Jurídica na Escola Superior de Magistratura de Mato Grosso do Sul e coordenador-geral da mesma Escola de 1989 a 2001. Trabalhou 18 anos na administração superior do Tribunal de Justiça de MS e, na Secretaria de Divulgação, implantou a editora e a gráfica do TJ, criando a Série Historiográfica, com 14 títulos publicados. Campestrini é o atual presidente do Instituto Histórico

e Geográfico de Mato Grosso do Sul. É, portanto, a partir destes múltiplos e específicos espaços que o autor escreve.

Embora o primeiro capítulo do livro seja intitulado “Dos Caiapó a 2002”, não há uma preocupação em atualizar a discussão sobre História Indígena referente à esta etnia. Ao contrário, tanto a bibliografia utilizada como a perspectiva percorrida é a mesma de outros memorialistas mato-grossenses. Embora este seja o capítulo mais extenso do livro (47 páginas), aos Kayapó são dedicadas apenas algumas páginas (cerca de 8). Constituído por dezoito tópicos, dos quais alguns contém referências aos Kayapó, mas apenas um trata deles exclusivamente. O primeiro tópico, "O século 18", em seu primeiro parágrafo, faz referências aos Kayapó do Sul, de quem se diz terem sido habitantes do atual território fronteiriço entre Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul no século XVIII e que foram perseguidos pelo "temido" Antônio Pires de Campos desde Goiás até Camapuã. Adiante, há comentários sobre as rotas monçoeiras e o impecilho que representavam para as monções as “três nações mais ferozes” que habitavam o antigo sul de Mato Grosso: os Guaicuru, os Payaguá e os Kayapó do Sul. No segundo tópico, “A expedição Langsdorff”, cita alguns trechos da obra de Hercules Florence, "Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas", na qual menciona-se a passagem da expedição pela região até Camapuã. O trecho que se refere aos Kayapó do Sul é um relato em que Florence descreve sua visita a uma aldeia Kayapó às margens do rio Sucuriú, em agosto de 1826. A impressão passada por Florence é de completa decadência e de surpresa por encontrar em tão insignificante quantidade índios de uma tribo anteriormente tão numerosa. O terceiro tópico do capítulo 1, "A estrada do Piquiri", faz um resumo dos eventos principais concernentes à abertura da estrada que ligaria Cuiabá a São Paulo, que certamente causou inúmeros problemas para os povos indígenas que habitavam a região. Sobre os Kayapó do Sul, no entanto, o autor somente comenta a tentativa, por parte das autoridades mato-grossenses de, em 1835, criar uma colônia entre as nascentes do Piquiri, Taquari e Sucuriú, que haveria de ser habitada pela "horda" Kayapó que "emigrou da província de Goiás para esta"

(CAMPESTRINI, 2002, p. 26). A lei (Lei nº 7 de 1835), que criava a colônia, citada sem reservas por Campestrini, considera os Kayapó do Sul índios vindos de fora, isto é, de Goiás. O autor ao menos reconhece que a colônia planejada não chegou a ser criada.

O quarto tópico, denominado "Os Caiapós", trata dos Kayapó do Sul em duas páginas e meia. De início, Campestrini situa geograficamente aqueles índios, e, em nota, descreve rapidamente seus primeiros embates com os "preadores paulistas", citando trechos da obra *Caiapônia* (1943), de Camilo Chaves, um dos autores que durante o Estado Novo ajudou a construir o discurso da indianidade brasileira<sup>5</sup>. Adiante, há citações do mesmo autor sobre os ataques dos Kayapó às monções, em 1727, e descrições do cotidiano difícil de dois roceiros que habitavam o sítio de Camapuã e que viviam "como em um presídio", trabalhando armados e sob constante ameaça de ataques daqueles índios. A seguir, os relatos utilizados por Campestrini são os do governador da província de Mato Grosso, Rolim de Moura Tavares, que comenta os "insultos" causados pelos Kayapó ao seu acampamento e seus ataques ao sítio de Camapuã. Utilizando-se da mesma fonte descreve longamente as armas utilizadas por aqueles índios e a maneira "traíçoeira" com que atacavam, assim como formas de deles se defender e contra-atacar. Então, novamente Campestrini utiliza apontamentos de Florence (que tratam da insignificância populacional da anteriormente numerosa "nação" Kayapó) e do fato de esses índios ainda (1826) cometerem "crueldades" com os negociantes que percorriam a estrada que ligava Goiás a Cuiabá. Campestrini comenta também as especulações de Florence sobre o porquê da drástica diminuição populacional dos Kayapó do Sul, supostamente devida, segundo o viajante francês, ao costume dos pais indígenas de trocar os filhos por objetos de pouco valor e às constantes lutas travadas pelos Kayapó contra outros povos indígenas, principalmente os Guaicurú. A seguir, o autor utiliza-se do texto referente aos Kayapó do relatório enviado pelo diretor-geral dos índios de Mato Grosso ao secretário de estado dos negócios do Império em 1848, e publicado em 1914 no *Álbum Graphico de Mato Grosso*<sup>6</sup>. No final do tópico sobre os Kayapó, Campestrini escreve:

Registre-se o empenho do governo provincial para fixar e aculturar os Caiapós. O art. 9º da Lei nº 4, de 19/04/1838, que criou as freguesias do Piquiri e de Santana do Paranaíba, determinava: *O governo fará estabelecer por conta do cofre provincial no lugar junto a uma das três freguesias que melhores circunstâncias ofereça, uma fazenda de criação de gado vacum e cavalar, que irá aumentando à proporção do grau de prosperidade que for prometendo; o serviço dela será feito pelos índios caiapós, admitindo-se a bem deles somente os demais trabalhadores, cujos serviços indispensáveis não possam ser supridos por aqueles.* (CAMPESTRINI, 2002, p. 32-33)

Ao repetir um tratamento dado aos indígenas no século XIX, Campestrini induz o leitor a reconhecer que os Kaiapó tiveram sua "chance" de se *fixar* e de "se *aculturar*", e que poderiam ter sobrevivido se tivessem acatado corretamente as determinações do civilizador. Assim, ao mesmo tempo que reforça o papel de "civilizadores de índios" da elite local a qual representa, aponta o lugar do índio na sociedade mato-grossense : o de trabalhadores <sup>7</sup> . Por não dialogar com a História Indígena, Campestrini não esclarece o significado que as fazendas e colônias criadas tanto pelo governo provincial de Mato Grosso quanto pelo de Goiás, tiveram para os Kaiapó, nem que tipo de respostas esta etnia deu a este processo. Em outras palavras, as especificidades da sociedade Kaiapó só interessarão na medida em que servir um discurso cujo roteiro já se conhece a priori.

Outra referência aos Kayapó do Sul aparece no capítulo IV, intitulado "José Garcia Leal". Este capítulo disserta longamente sobre as qualidades e a "saga" do pioneiro José Garcia Leal, que tradicionalmente é tido como quem inicia a colonização mineira em território mato-grossense e funda a vila de Santana do Paranaíba. Além de fornecer uma longa biografia de José Garcia Leal, o capítulo IV traz transcrições de trechos de quatro documentos que comprovariam a "benevolência" do líder para com os pobres. Nas palavras do autor são

*quatro documentos (lançados no 1º ofício de paranaíba), que envolvem a conduta de José Garcia Leal, e (que por isso) merecem ser reproduzidos. O primeiro é a escritura de concessão de terras à pobreza da vila. (...) O segundo documento é a escritura de doação de terras aos índios Caiapós. (...) O terceiro documento é uma carta de liberdade de escravos . (...) O quarto documento é o contrato, celebrado em 28 de maio de 1862, (...) para a construção da igreja da vila ( Campestrini, 2002. P. 126-128).*

Como a preocupação do autor é lembrar a suposta benevolência de uma elite da qual se considera porta-voz, não é necessário dizer o que teria acontecido com as terras dos índios...

Registre-se, por último a citação do hino de Paranaíba, de 1999, no qual os Kayapó são descritos como valente tribo guerreira, que teria passado as suas qualidades para o povo de Paranaíba, que orgulhosamente teria sua descendência através de sua "raça trigueira". Na terceira estrofe, no entanto, os homenageados são os Garcia, desbravadores das matas e conquistadores dos índios.

Ao veicular o hino com pretensões historiográficas, Campestrini contribui para a oficialização de um novo mito, que apresenta os Kayapó do Sul sob um prisma idealizado e, em última análise, falso. Em seu texto, o autor repete fontes, pinça os argumentos que lhe interessam. O memorialista não se utiliza dos Kayapó do Sul como objeto de pesquisa<sup>8</sup>, mas como parte de um conjunto de representações que tem outros objetivos. Depois de as elites se apropriarem das terras e dos índios escravizando-os, agora essas mesmas elites se apropriam simbolicamente dos valores indígenas, colocando-se como possíveis herdeiros/descendentes dos "destemidos Caiapós". Embora (re)atualizados, os componentes do discurso propõe uma "identidade almejada". Portanto, os Kayapó do Sul servem, no livro, como parte do um enredo que justifica e legitima a função de mando dos herdeiros dos fundadores de Paranaíba.

## CONCLUSÃO

Ao se encontrarem com o colonizador não-índio, em princípios do século XVII, os Kayapó do Sul eram detentores de traços socioculturais bastante peculiares que foram observados por viajantes e cronistas, que destacavam dados linguísticos, habitação, divisão de trabalho; no entanto, a guerra é o detalhe mais destacado nessas descrições, muitas vezes exageradamente. As hipérboles sobre a "crueldade" dos Kayapó do Sul foram adotadas para justificar ideologicamente a política de "guerra justa" contra os "bárbaros". Sendo um povo que

se confrontava contra o colonizador e contra outros grupos indígenas, os Kayapó do Sul tinham na guerra funções específicas. Era um traço cultural próprio, que definia e redefinia hierarquias, aperfeiçoava técnicas e, além de outros aspectos, preservava a territorialidade tão cara ao grupo, ao se iniciar o empreendimento colonizador (ATAÍDES, 1998).

Sob a violência colonizadora, os Kayapó do Sul saem derrotados. A aceleração do processo num novo contexto legal e econômico de intensificação da atividade pecuária vai culminar no desprezo e na eliminação física do Kayapó do Sul. Mascarar essa violência ou transformá-la num processo pelo qual o colonizador "herdou" as qualidades do índio é uma atitude anti-histórica, que serve aos interesses de um memorialismo elitista que se pretende histórico.

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados – [zorzato@ceud.ufms.br](mailto:zorzato@ceud.ufms.br)

<sup>2</sup> CAMPESTRINI, Hildebrando. *Santana do Paranaíba*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2002.

<sup>3</sup> Antes de mais nada é importante distinguir os Kayapó do Sul dos Kayapó do Norte. Ambos são grupos pertencentes ao mesmo tronco linguístico, o macro-jê. Provavelmente, pertenceram à uma mesma nação até o século XVI, separados depois por cisões internas. A principal diferença entre eles, no entanto, é a de que os Kayapó do Norte são ainda hoje um grupo forte e politicamente atuante, apesar de dividido. (ATAÍDES, Jésus. *Sob o Signo da Violência: colonizadores e Kaiapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia, Editora UCG, 1998).

<sup>4</sup> A bibliografia sobre memória e história é bastante ampla. Uma leitura preliminar encontra-se em D' ALÉSSIO, Márcia Mansor. *Memória: leituras de M Halbwachs e P. Nora*. Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 13, n° 25/26, p. 97-103, setembro 92/agosto 93 e em KEULLER, Adriana T. A. Martins. *História e Memória: trajetória e perspectiva no final do século*. Revista de História da UFES, Vitória: CCHN Publicações, vol. 11, p. 145- 153, jul./dez. 2000.

<sup>5</sup> Sobre os discursos que resultaram na construção de uma indianidade brasileira durante o Estado Novo ver GARFIELD, Seth. *As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado - Nação na era Vargas*. Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH/Humanitas, v. 20, n° 39, 2000.

<sup>6</sup> Na nota 23, p. 32, Campestrini escreve : “ O Álbum é um trabalho riquíssimo, tanto nas informações sobre Mato Grosso até aquela data quanto nas fotografias e ilustrações”. Para uma crítica sobre os múltiplos significados do Álbum veja-se ZORZATO, Osvaldo. Alicerces da identidade mato-grossense. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro : IHGB, 408, 2000. P.419-435.

<sup>7</sup> Sobre o lugar do índio na sociedade mato-grossense ver ZORZATO, Osvaldo. “Civilizadores de Índios”: os agentes do sertão na historiografia de Mato Grosso. *Fronteiras – Revista de História*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2(4):171-2001, 1998.

<sup>8</sup> Sobre os Kaiapó na perspectiva da História Indígena atual consulte-se ATAÍDES, (ver nota 3) e GIRALDIN, Odair. *Caiapó e Panará : Luta e Sobrevivência de um Povo Jê no Brasil Central*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.